



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO EXTERNO Nº: 14433/2025.

ASSUNTO: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA – ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SANTA TERESA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PARA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DA INSTITUIÇÃO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E DO ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA E SEUS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA.

BASE LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 404/2018 E LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

I - DO RELATÓRIO:

A Associação Pestalozzi de Santa Teresa, inscrita no CNPJ sob nº 32.405.664/0001-27, protocolou por meio do OF/APST/Nº 077/25, que originou o processo referenciado, proposta para formalização de Parceria com o Município de Santa Teresa/ES, visando o repasse financeiro no valor de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), cuja proposta é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PARA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DA INSTITUIÇÃO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E DO ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA E SEUS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA.

Para tanto, apresenta Plano de Trabalho, às fls. 02/18.

Por sua vez, a Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela gestão - em caso de autorização da parceria - encaminhou o processo a esta Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer quanto à juridicidade da formalização da parceria.

É o breve relatório.

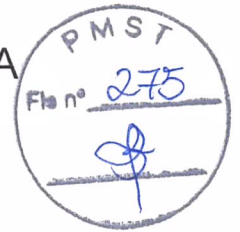
Opinamos a seguir.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA:

Inicialmente, registre-se que a presente análise se limita a juridicidade da formalização das parcerias, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência administrativa, nem quanto ao conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37, do Decreto Municipal nº 404/2018, *in verbis*:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



“Art. 37. O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:

I - análise da juridicidade das parcerias; e

II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.

Parágrafo Único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.”

A Lei Federal nº 13.019/14, de abrangência nacional, entrou em vigor e, 23 de janeiro de 2016 para a União, Estados e Distrito Federal, e a partir de 01 de janeiro de 2017 aos Municípios, sendo que o Município de Santa Teresa/ES **regulamentou a referida lei através do Decreto 404/2018.**

A partir de então as transferências voluntárias de recursos dos entes Federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para as organizações da Sociedade Civil, passaram a ser efetivada através de novos instrumentos jurídicos: Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação.

No contexto dos autos do processo, verifica-se a possibilidade de formalização de **Termo de Fomento**, conforme dispõe o artigo 8º do Decreto 404/2018:

*Art. 8.º **Termo de fomento** é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas para consecução de planos de trabalho, cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos de interesse público e recíproco, desenvolvidos ou criados por essas organizações, que envolvam a transferência de recursos financeiros.*

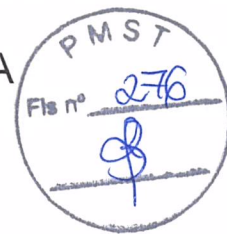
Ocorre que para formalização da presente parceria, deverão ser observadas as premissas estabelecidas no § 2º Decreto Municipal nº 404/2018, in verbis:

*§2.º **Compete ao Secretário Municipal responsável pela política pública, além de outras atribuições previstas neste Decreto:***

- a) Instruir o processo de solicitação da parceria, juntamente com a equipe técnica, a fim de verificar se a documentação está de acordo com as exigências desse decreto.*
- a) QUANTO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS NOS AUTOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



Compulsando os autos, observa-se que foram juntados documentos da Associação Pestalozzi de Santa Teresa, nos moldes do Decreto Municipal nº 404/2018 e da Lei Federal nº 13.019/2014, a saber:

- ✓ Ofício nº 077/2025 solicitando a parceria – fls. 02;
- ✓ Plano de Trabalho – fls. 03/18;
- ✓ Cadastro Nacional da Pessoas Jurídica, fls. 60;
- ✓ Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares, fls. 68;
- ✓ Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fls. 66;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fls. 71;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Municipal, fls. 69;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual, fls. 70;
- ✓ Certidão negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fls. 67;
- ✓ Estatuto da Associação Pestalozzi de Santa Teresa, fls. 19/51;
- ✓ Ata de Assembleia Geral Extraordinária, fls. 52/55;
- ✓ Relação Nominal atualizada dos Dirigentes, fls. 56/59;
- ✓ Cópia de comprovante de endereço, fl. 63;
- ✓ Relatório Anual de Atividades e Registro Fotográfico, fls. 91/166;
- ✓ Cópia do Termo de Fomento nº 001/2024, fls. 72/90;
- ✓ Cópia do documento pessoal do representante legal, fl. 236;
- ✓ Declaração que não emprega Menor, fl. 93;
- ✓ Declaração da Não Incorrência de Vedações, fl. 94;
- ✓ Declaração de Disponibilidade de Instalações, Condições Materiais, Capacidade Técnica e Operacional, fl. 91;
- ✓ Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos Federais, Estaduais e Municipais, fl. 92;
- ✓ Atestado de Registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Santa Teresa;
- ✓ Resolução 21/2024, fls. 96/97;
- ✓ Extrato de conta Bancária, fl. 62;
- ✓ Orçamentos, fls. 99/139 e 237/241;
- ✓ Relatório de Atividades. Fls. 140/232;
- ✓ Portaria que nomeia comissão de monitoramento, fls. 242/246;
- ✓ DFD, fls. 254/256;
- ✓ Estudo Técnico Preliminar, fls. 25/32;
- ✓ Termo de Referência, fls. 257/268;
- ✓ Parecer da Secretaria de Assistência Social, fls. 269/270;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



✓ Parecer Técnico, fls. 271/273;

Por outro lado, ausentes autorização do ordenador de despesas, nota de pré empenho, bem como Justificativa de preço.

b) QUANTO A INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Para celebração de Termo de Fomento, necessário se faz observar o artigo 33, do Decreto Municipal nº 404/2018, no qual será necessária a indicação de dotação orçamentária para sua formalização, a saber:

Art. 33. A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria. Parágrafo Único. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro deverá ser efetivada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria no exercício em que a despesa estiver consignada.

Verifica-se que a parceria proposta é na ordem de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais, destinados à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PARA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DA INSTITUIÇÃO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E DO ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA E SEUS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA.

c) QUANTO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

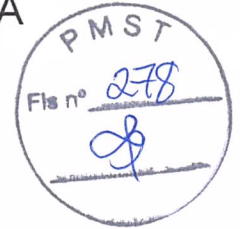
O artigo 35, do Decreto Municipal nº 404/2018 é taxativo ao estabelecer a documentação necessária para formalização da parceria, que deverá ser observada antes da manifestação jurídica.

Após análise minuciosa dos autos, verifica-se o cumprimento parcial do estabelecido no artigo 35 do referido Decreto, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019/2014, uma vez que não foram juntados os seguintes documentos:

- ✓ Justificativa de preço;
- ✓ Ausência de Nota de Pré-empenho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



d) QUANTO A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO:

A obrigatoriedade de emissão de parecer técnico, este contido no artigo 36 do Decreto Municipal nº 404/2018, que assim estabelece:

Art. 36. A Secretaria Municipal emitirá parecer técnico a respeito dos itens enumerados no inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Único. Para fins do disposto na alínea "c" do inciso V do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e a viabilidade de execução da parceria.

Nesse sentido faz-se necessário a emissão de Parecer em obediência ao que estabelece o referido o inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, a saber:

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores estimados, que deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado;

d) da verificação do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, e se esse é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;

c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

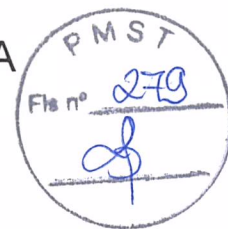
f) da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas;

f) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

g) da designação do gestor da parceria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



- h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;*
- i) da aprovação do regulamento de compras e contratações apresentado pela organização da sociedade civil, demonstrando a compatibilidade entre a alternativa escolhida e a natureza e o valor do objeto da parceria, a natureza e o valor dos serviços, e as compras passíveis de contratação, conforme aprovado no plano de trabalho;*
- i) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).*

Como mencionado, consta Parecer Técnico conforme preconiza o artigo artigo 36 do Decreto Municipal nº 404/2018.

e) DA ANÁLISE JURIDICA

A Análise jurídica das parcerias se limita a juridicidade da formalização, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência, nem o conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37 do Decreto 404/2018:

Art. 37. O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:

I - análise da juridicidade das parcerias; e

II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.

Parágrafo Único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.

f) DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

Estabelece a Lei 13019 e o artigo 14 do Decreto 404/2018 que as parcerias poderão ser formalizadas através de Chamamento público, *exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa:*

Art. 14. A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

No caso em tela, trata-se de parceria proposta pela Entidade, sendo possível a realização por inexigibilidade, conforme dispõe o artigo 19 do Decreto 404/2018:

Art. 19. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

CONCLUSÃO

Desde que atendidas às recomendações contidas no decorrer do presente processo, em observância ao Decreto 404/2018 e Lei 13.019/2014, no que concerne aos itens elencados abaixo, NÃO HÁ ÓBICE, ao seguimento dos autos.

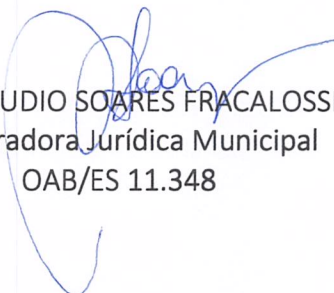
- ✓ Justificativa de preço;
- ✓ Ausência de Nota de Pré-empenho.

Após atendimento aos itens acima elencados, remeter os autos para o Setor de Licitações, para seguimento quanto à formalização da INEXIGIBILIDADE nos moldes do artigo 19 do Decreto 404/2018.

S.M.J, é o parecer, *sub censura*.

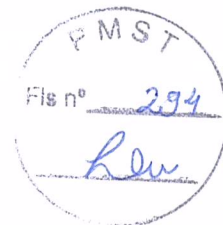
Respeitosamente, à elevada consideração superior.

Santa Teresa, 03 de Fevereiro de 2026.


ALINE RUDIO SOARES FRACALLOSSI
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/ES 11.348



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"



PARECER JURÍDICO

Ref. Processo Administrativo nº 014433/2025

Ao SLC,

Fora encaminhado à esta Procuradoria os autos em questão, para análise, parecer e aprovação da Minuta do Termo de Homologação da Inexigibilidade de Chamamento Público, documento de fls. 292/293, firmado sob a égide da Lei nº 13.019/2014.

Cumprir destacar, de início, que esta Procuradoria já se manifestou nos autos quanto à legalidade da pretendida parceria, conforme Parecer Jurídico de fls. 274/280, ocasião em que foi reconhecida a viabilidade jurídica da formalização, condicionada ao fiel cumprimento das orientações e recomendações ali consignadas.

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, bem como o juízo de oportunidade e conveniência, a MINUTA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, de fls. 292/293, preenche os requisitos legais, razão pela qual a APROVAMOS sob o aspecto jurídico-formal, desde que atendidas as recomendações constantes no parecer jurídico de fls. 292/293.

Recomenda-se, ainda, a atualização da Portaria/SEGOV/Nº 199/2025, considerando que parte dos membros nela designados não mais integra o quadro da Administração Pública, circunstância que impõe a devida adequação formal do ato administrativo.

Outrossim, orienta-se a juntada aos autos do ato formal de designação do Gestor da Parceria, em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso XVII, §1º, alínea "e", do Decreto nº 404/2018.

RESSALTAMOS que, na eventualidade de não atendimento do apontamento e das recomendações, sejam justificadas nos autos as razões que embasaram tal postura.

É o parecer, *sub censura*.

Respeitosamente, à consideração superior.

Santa Teresa/ES, 23 de fevereiro de 2026.


KATHERINE ZANETTI
Procuradora Jurídica Municipal